

**GUINÉ-BISSAU: UM ESTUDO SOBRE O IMPACTO DA GUERRA CIVIL  
DE 1998/99 NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO  
SOCIOECONÔMICO (2000-2019)<sup>1</sup>**

**Colna Francisco Nhasse<sup>2</sup>**

**RESUMO**

O presente artigo estuda o impacto da guerra civil de 1998/99 no processo de (sub)desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau entre os anos 2000-2019. Após a “guerra civil”, as crises políticas se estenderam pelos seguintes dezenove anos e, coincidentemente, observou-se neste estudo que o país vivenciou sérias dificuldades nos níveis social e econômico para alcançar um desenvolvimento efetivo e sustentável. Para este estudo, foi utilizada a metodologia de pesquisa qualitativa, fundamentada na pesquisa documental e a revisão bibliográfica existente acerca da temática. A pesquisa concluiu que a instabilidade política tem sido o principal problema a agravar o processo de desenvolvimento socioeconômico na Guiné-Bissau. Concomitantemente, a falta do progresso econômico vem acentuando a condição precária nas vidas das populações e dos setores sociais fundamentais para o crescimento econômico e para o bem-estar social da população.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento econômico - Guiné-Bissau - Aspectos sociais. Guiné-Bissau - História - Guerra Civil, 1998-1999. Guiné-Bissau - História - 2000-2019.

**ABSTRACT**

This article studies the impact of the civil war of 1998/99 on the process of (sub)socio-economic development of Guinea-Bissau between the years 2000-2019. After the "civil war", political crises have spread over the last nineteen years and coincidentally it was observed in this study that the country experienced serious social and economic difficulties to achieve effective and sustainable development. For this study, we used qualitative research, documentary research and existing literature review on the subject. The research concluded that political instability has been the main problem that aggravates the process of socio-economic development in Guinea-Bissau, concomitantly, the lack of economic progress is aggravating the precarious condition in the lives of populations and social sectors fundamental to economic growth and social well-being of the population.

**Keywords:** Economic development - Guinea-Bissau - Social aspects. Guinea-Bissau - History - Civil War, 1998-1999. Guinea-Bissau - History - 2000-2019.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação do Prof. Dr. Paulo Gomes Vaz.

<sup>2</sup> Graduado em Humanidades e Licenciando em Ciências Sociais pela UNILAB.

*“De acordo com o que os historiadores sabem, nenhum povo se desenvolve unicamente a partir do exterior. Se ele se desenvolve, é porque extrai de si mesmo os elementos do seu próprio desenvolvimento. Na realidade, todo mundo se desenvolveu de forma endógena. Ninguém se instalou na praça pública, com a gamela na mão, à espera de ser desenvolvido”*  
(KI-ZERBO, 2009, p. 149).

## 1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho assume o desafio de analisar a questão do (sub)desenvolvimento na Guiné-Bissau, tomando como ponto de partida o início do ano 2000 e como marco final o ano de 2019. Busca-se examinar, ainda que de forma esboçada, quais as diretrizes de políticas públicas, implementadas ou não, durante o período pós conflito político-militar nesse país<sup>3</sup>. Mediante isso, a escolha do tema surge da contínua necessidade de dissecar e procurar soluções no que concerne às questões do desenvolvimento econômico sustentável na Guiné-Bissau, em especial estabelecendo como recorte temporal os momentos que sucederam a guerra civil, tomando como premissa as conseguintes crises estruturais e institucionais, marcadas pelos sobressaltos institucionais que se tornam viscerais no recente Estado de direito da Guiné-Bissau.

A despeito disso, se torna notório que após o período do conflito político-militar de 1998/99 instaurou-se o dilaceramento dos serviços públicos, somado às incertezas impostas por fatores internos que comprometeram a dinâmica nacional, inibindo, concomitantemente, os investimentos do capital estrangeiro no país. Por conseguinte, foi se agravando nas últimas décadas a ineficiência das infraestruturas e da estrutura produtiva, improdutividade que por sua vez desembocou numa profunda crise econômica e social.

É importante enfatizar que a referida instabilidade decorrente do conflito político-militar, tem sido uma condição nevrálgica para a estrutura necessária ao desenvolvimento, que em verdade tem sido definhada pela existência do estado de exceção, que se expressa mediante a situação de ambiguidade entre a norma e o caos, e é analisado de forma atinada por Agambem (2004) Apud Vaz (2018), como:

---

<sup>3</sup> Dada a complexidade desse conflito e o contexto social no qual ocorreu o evento, decide-se neste estudo utilizar a expressão conflito político-militar, ao invés de guerra civil ou tribal ou étnica, comumente reduzida e associada ao continente africano. Os referidos termos foram utilizados e manipulados por colonizadores como instrumentos da colonização para desconfigurar as estruturas sociais das sociedades africanas. Para Mboloko (2017.p.64), “Definir um movimento social, qualquer que seja, como “tribalista ou “regionalista” é tentar desqualificá-lo negando-lhe qualquer legitimidade, a qual, para os aparelhos estatais africanos atuais, só poderia se exprimir em um vocabulário modernista”.

A Inversão da lógica dos princípios do estado de direito e de valores democráticos a situações “anormais”, em que a violação da normalidade constitucional, a exemplo de golpes de estado - que em condições normais são consideradas uma exceção, passa a se configurar como norma (regra), enquanto o que era a regra constitucional, como é de praxe (habitual) dentro de um “estado democrático” se transforma em exceção, e a exceção é tomada como regra. Esse quiproquó entre o estado de direito e o estado de exceção (violação da normalidade), na Guiné-Bissau [...], faz com que a estabilidade seja transformada na instabilidade, e o desemprego se torna uma regra, minando possibilidades do diálogo, na medida em que o Estado, que deveria ser o principal interlocutor, se torna o cúmplice do próprio caos. (AGAMBEM 2004 Apud VAZ 2018, p.51)

O referido quiproquó destacado por Vaz (2018), entre o Estado de direito e o estado de exceção (violação da normalidade) na Guiné-Bissau, consiste em que, para além de naturalizar a desordem, os conflitos potencializam a ingerência de recursos públicos e a impunidade reforça a credibilidade das instituições públicas e privadas do país.

Contudo, dizem que a Guiné-Bissau é um país democrático, mas isso só pode ser de modo formal, pois as ordens constitucionais democráticas são constantemente violadas. Essa prolongada situação de instabilidade política faz crer que a Guiné-Bissau ainda está longe de ser um país verdadeiramente democrático.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que a Guiné-Bissau tem enfrentado problemas de ordens conjunturais para encontrar o caminho do desenvolvimento sustentável e abrangente, por causa da fraca infraestrutura econômica produtiva e débil estrutura social.

Para Djau (2019, p. 250), “o primeiro governo da Guiné-Bissau independente, que vigorou de 1973 a 1980, não teve um Plano Nacional de Desenvolvimento elaborado no intuito de representar a diretriz do processo de governo”, fato que fez com que o governo, na altura, aderisse ao Programa de Ajustamento Econômico (PAE) logo depois do primeiro golpe de Estado, em novembro de 1980<sup>4</sup>, que levou ao fim do projeto de união com Cabo Verde.

Era oportuno o país, depois da independência, assumir o seu próprio destino como Estado e Nação independente, planejar as suas próprias políticas econômicas, sociais e estratégias administrativas adaptadas à realidade da Guiné-Bissau e que correspondessem às necessidades da população. Porém, a situação econômica e os altos níveis de pobreza “têm obrigado o Estado a aceitar todas as propostas dos doadores, independentemente das suas condições, da sua relevância para a estratégia nacional ou da coordenação com outras atividades” (MANÉ, 2014, p. 84).

---

<sup>4</sup> Motivado pela rivalidade entre as elites da Guiné-Bissau e Cabo-verde. Devido a essa rivalidade, surgiu um grupo dos revoltosos, liderado por João Bernardo Nino Vieira, alegando que o presidente Luís Cabral privilegiava os cabo-verdianos e marginalizava os guineenses.

Contudo, esse programa de ajustamento econômico traz uma nova estrutura administrativa para o país e a liberalização do poder econômico, de modo que este poder não fica centralizado somente na mão do Estado, como acontecia antes da implementação do PAE. E para além do seu contorno locativo em favor dessas instituições financeiras e o seu fracasso, incentiva as mudanças no aparelho administrativo e traz oportunidades para que os próprios guineenses, empresários, empreendedores e estrangeiros, entre outras categorias de pessoas que praticam atividades financeiras, pudessem participar através das suas atividades econômicas no crescimento econômico do país.

No plano político, a implementação do PAE visava promover uma revisão na Constituição de 1973, inaugurando uma nova era de democracia e a implementação do pluripartidarismo. Conforme explica, Novais (1996),

As alterações mais significativas podem sintetizar-se assim: -Substituição total de art. 4º, com a instituição do pluripartidarismo e a supressão da identificação entre o PAIGC e o Estado; -Instituição do princípio da legalidade democrática e da subordinação do Estado à Constituição; -Substituição das fórmulas constitucionais mais marcadas políticas e ideologicamente (como sejam expressões do tipo “exercício do poder pelas massas populares”, “democracia nacional revolucionária”, “República anti-colonialista e anti-imperialista”, “sociedade liberta da exploração do homem pelo homem”) por novas fórmulas mais consentâneas com o princípio do Estado de Direito e da democracia representativa (NOVAIS, 1996, p. 105).

Assim, nos meados de década de oitenta, o governo da Guiné-Bissau conseguiu o financiamento das instituições de Bretton Woods - Banco Mundial (BM) e Fundo Monetário Internacional (FMI) -, mas sob a condição de adotar o Programa de Ajustamento Econômico. Jauará (2017) ressalta que:

Esse programa propunha a progressiva desintervenção do Estado na economia, privatização das empresas públicas, estímulos através de créditos subsidiados e facilitados aos operadores privados e a todos que preferissem trocar a vida pública pela iniciativa privada. Desse período até os dias atuais, o país ingressou numa nova fase na área da atividade econômica (JAUARÁ, 2017, p. 284).

E no plano social, para Cardoso (1995), o PAE apresenta mais problemas, porque o programa tem contribuído essencialmente para o aumento das desigualdades sociais que já existiam no domínio social. Conforme explica Lopes (2011, p. 7), “a liberalização das economias afetou os pobres desproporcionalmente, contribuindo para maior pobreza e distribuição desigual de rendimentos”.

No caso em questão, enfatizo o período após o fim da Guerra Fria e o esfacelamento da União Soviética, que originaram o abandono de muitos países aderentes do bloco soviético, inclusive a Guiné-Bissau.

No final da década de oitenta, os países do Leste europeu sofreram muito com os acontecimentos da Guerra Fria, e conseqüentemente, a queda do bloco socialista mexeu profundamente com suas estruturas políticas na época. E nesse mesmo momento a África encontrava-se mergulhada numa profunda crise econômica. Principalmente os países da África que apelavam às ajudas e apoio dos seus maiores parceiros (a União Soviética, Cuba e China) e de organismos financeiros internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, como era o caso da Guiné-Bissau, Gana, Costa do Marfim e do Senegal. Por outro lado, países como Angola, Moçambique e Benim continuavam a insistir em “conservar um sistema econômico baseado na planificação centralizada assistido por um sistema político autoritário de partido único” (CARDOSO, 1995, p. 259).

Vale lembrar que durante a luta de libertação, o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) contava com apoios dos países socialistas, sobretudo, URSS, Cuba e China. Por isso, com a fundação da República, o país adotou o modelo de desenvolvimento de viés socialista marxista como estratégia para trilhar o caminho do desenvolvimento, a exemplo de Moçambique e Angola, que receberam também os apoios dos países socialistas em suas lutas pela independência.

Essa estratégia de desenvolvimento que a Guiné-Bissau adotou, preservava a relação com o sistema político e econômico baseado em ideias socialistas. Tendo como Estado, ou seja, o partido único no poder como controlador absoluto (que fazia crescer) da economia, ante os poucos recursos sempre necessitava de financiamentos externos. E como essas aproximações com os financiadores costumam se fundamentar em interesses econômicos, é um processo que sempre resulta em dívidas, as quais o Estado muitas vezes não consegue quitar (DJAU, 2019).

A despeito disso, observa-se a crise econômica agravada por “todas as estratégias de desenvolvimento ineficazes desde a independência, assim como os planos de ajustamento estruturais dos anos 1980/1990; e a pressão dos doadores em um contexto internacional favorável” (MANÉ, 2014, p. 49).

É notável o vasto conjunto de fatores que justificam o fracasso do processo de (crescimento) e desenvolvimento socioeconômico da Guiné-Bissau, entre os quais os golpes de Estado dos anos 2003, 2009 e, principalmente, o golpe de Estado de 12 de abril de 2012, que “provocou um retrocesso importante nos progressos realizados nos anos anteriores com

vista à melhoria das políticas macroeconómicas e das suas perspectivas” (MANÉ, 2014, p. 91). E, além disso, Mané (2014) ainda destaca:

A crise política associada afetou negativamente os desenvolvimentos económicos, nomeadamente devido à redução do apoio dos doadores tradicionais. Além disso, a RGB sofreu um choque grave nos termos de troca já que os preços do caju, o seu principal produto de exportação, caíram fortemente em 2012 (MANÉ, 2014, p. 91).

Como se sabe, economicamente a Guiné-Bissau depende da exportação da castanha de caju. O país é conhecido como o 9º maior produtor mundial de castanha de caju, produto que representa “mais de 90% das exportações, mais de 60% do PIB e cerca de 17% das receitas do Estado, e a pesca é considerada a segunda maior fonte de receitas do país, que dispõe de recursos marinhos assinaláveis com águas consideradas das mais ricas da África Ocidental” (BENZINHO; ROSA, 2015, p. 19).

Segundo dados do *Index Mundi* (2018), a Guiné-Bissau tem um dos mais baixos Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do mundo, de 0,420. O país conta com um Produto Interno Bruto que gira em torno de 615,4 bilhões de FCFA, equivalentes a US\$ 1.098.880.270. Os principais setores responsáveis para a acumulação da riqueza guineense são: o setor primário, que responde por 270.941 bilhões de FCFA; o setor secundário, por 81.716 bilhões de FCFA; e o setor terciário, com 237.803 bilhões de FCFA. Devido a isso, mais de 65% da população vive abaixo da linha da pobreza.

Na comparação com os outros países da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), principalmente os que fazem parte da União Econômica e Monetária do Oeste Africano (UEMOA), observa-se que esses indicadores são diferentes, ou seja, segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE, 2015), a Guiné-Bissau tem igualmente um nível de pobreza que cobre 67% da população e 64% de taxa de analfabetismo. A esperança média de vida ao nascer é de 55,47 anos enquanto a taxa de mortalidade infantil é de 92/1000 nascidos.

De acordo com Cardoso (1995), todas essas convulsões sociais decorrem das dificuldades econômicas e financeiras. Os indicadores acima mencionados demonstram que a situação no país se mantém precária, e, é necessário traçar estratégias de desenvolvimento mais adequadas ao país e criar projetos de desenvolvimento em diferentes áreas da sociedade. A pobreza está ainda por se combater.

Ao analisar o processo de colonização no território que hoje é chamado Guiné-Bissau, é oportuno dizer que as crises que assolam este país são reflexo de muitos anos de

exploração e dominação colonial, que até hoje é marcante nesse território, dificultando a busca de soluções melhores para essas crises, causadas por uma instabilidade política e econômica prolongada.

As heranças coloniais institucionais não são favoráveis para o processo de desenvolvimento da economia guineense. Por esse motivo, a Guiné-Bissau tende a enfrentar grandes dificuldades no que diz respeito ao processo “desenvolvimentista”, em razão de o sistema administrativo e o modo de gestão que o país herdou não só serem totalmente inadaptados à realidade do país, como também não propiciam a criação de estruturas necessárias para o crescimento econômico à população local. (DJAU, 2019).

De acordo com Sanhá (2017), “a estrutura econômica do regime colonial português na Guiné-Bissau era adequada apenas para a elite colonial, ou melhor, somente visava atender a classe muito minoritária da população geral”, e a Guiné-Bissau era apenas uma colônia de exploração, não de povoamento. Por causa disso, “o desenvolvimento das forças produtivas da Guiné-Bissau apresentava menor interesse para colonizador [...] Por isso, depois da independência do país, a estrutura do desenvolvimento econômico era praticamente inexistente” (SANHÁ, 2017, p. 39).

Em linhas gerais, observa-se (observamos) que na história da Guiné-Bissau o processo de desenvolvimento sempre foi traçado a partir de uma total dependência da ajuda internacional no período pós-independência, quer dos países socialistas, quer dos capitalistas ou das instituições como das Nações Unidas, FMI e Banco Mundial (Bird), que financiaram o Programa de Ajuste Estrutural e o de redução da pobreza (SANTOS, 2017).

Foi a partir desse contexto que os teóricos da dependência afirmaram que a “dependência era produto do relacionamento desigual entre países em termos de poder político e econômico” (SANTOS, 2017, p. 41). Para Quijano (2005), “Essa mesma colonialidade do poder impedia-os, no entanto, de desenvolver realmente seus interesses sociais” (p.135).

Portanto, é nessa perspectiva que.

A teoria da dependência propôs uma interpretação alternativa de que desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam o resultado histórico do desenvolvimento do capitalismo, quer dizer, que tinham um papel funcional dentro da economia mundial e não significavam estágios evolutivos no marco de uma escala de progresso dos países (SANTOS, 2017, p.42).

Levando em consideração o trecho acima exposto, percebe-se que os teóricos dependentistas desempenharam um papel importante, com suas visões críticas, sobre o

conceito de desenvolvimento. As ideias sobre desenvolvimento então elaboradas em sua grande fase por teóricos da modernização viam “o desenvolvimento como um processo de transformação de sociedades tradicionais em modernas por meio da mimetização do caminho seguido pelos países industrializados” (SANTOS, 2017, p.35).

Reforçando essa ideia, Santos (2017) explica que “os teóricos da modernização viam o processo de desenvolvimento como uma série de sucessivos estágios de crescimento econômico por meio do qual todos os países deveriam passar” (SANTOS, 2017, p.35).

Dessa forma, percebe-se que o conceito de desenvolvimento está revestido por ideologia eurocêntrica, uma vez que tomou como referência a experiência histórica dos países europeus considerados desenvolvidos, no âmbito das chamadas sociedades industriais e estabelecendo um estágio necessário a ser percorrido pelos países para que atinjam o desenvolvimento. E, ao mesmo tempo, inferioriza e caracteriza o conceito de subdesenvolvimento como estágio inferior do sistema socioeconômico de um país (AMARO, 2003).

Na mesma linha de pensamento, ainda segundo Amaro (2003, p. 48), o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, “a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material etc”.

Nessa perspectiva, Ki-Zerbo (2009) faz uma breve e interessante análise sobre o conceito de desenvolvimento<sup>5</sup>, apontando que “o desenvolvimento, concebido como um fenômeno endógeno, encontra-se por todo o mundo” (p. 134), uma vez em que o termo desenvolvimento pode se aproximar da ideia de acumulação. Todavia, afirma o autor, “[...] é necessário compreender a acumulação na sua totalidade, como um bloco integrado: tanto em bens e serviços quanto em valores sociais. Assim entendido, todos procuram um desenvolvimento a título individual e coletivo” (KI-ZERBO, 2009, p. 34).

Ainda nas palavras de Ki-Zerbo (2009), para que haja um verdadeiro desenvolvimento será necessária uma mudança no sentido das relações entre o Norte e o Sul, que não sejam mais as relações na base de interesses e de poder, visto que o modelo de desenvolvimento baseado na ideia europeia não se realiza nos países africanos. Portanto, “cabe aos africanos descobrir, inventar novos paradigmas para a sua própria sociedade” (KI-ZERBO, 2009, p. 136).

---

<sup>5</sup> Para Ki-Zerbo (2009, p. 149), “o desenvolvimento é a passagem de si a si mesmo, em um nível superior. Disse também que o desenvolvimento é a multiplicação das escolhas quantitativas e qualitativas”

Contudo, o conceito de desenvolvimento<sup>6</sup> tem sido um dos mais importantes e polêmicos nas ciências sociais<sup>7</sup> e a ideia de desenvolvimento hegemônico “foi característica constitutiva de uma determinada ordem mundial e de um determinado processo econômico (Idem 2009)”. É a partir desse contexto que o desenvolvimento, como o conhecemos hoje, começa a ser utilizado como categoria analítica da situação socioeconômica. Em ideias e discursos de um avanço linear, no marco de uma escala evolutiva de progresso dos países (SANTOS, 2017, p.34).

Portanto, a Guiné-Bissau era um país novo e que precisava de tudo para se desenvolver. De acordo com Djau (2019), “necessitava-se, sobretudo, de investimentos em atividades que permitissem um maior nível de acumulação de riqueza, de maneira consistente, a fim de impulsionar os demais setores” (p. 250).

Vale salientar que, desde a conquista da independência, em 1974, à data do primeiro golpe de Estado (1980), a Guiné-Bissau passou por momentos conturbados e por várias etapas em busca da consolidação da paz e tranquilidade, rumo ao desenvolvimento, que havia sido profundamente afetado.

Nesse sentido, o presente artigo se justifica, pois no atual cenário socioeconômico nacional da Guiné-Bissau, devido a vários conflitos internos, “profunda e estruturada instabilidade e crise política, econômica e social, que perdura desde os anos da edificação da sua independência (1974) e que atingiu o pico cíclico desde o conflito político militar de junho 1998 até hoje” (MANÉ, 2014, p.1).

A principal causa desse conflito político-militar que abalou profundamente o país não tem a ver apenas com a situação política que o país estava enfrentando, mas envolvia também “uma série de outros fatores, que não abrange apenas a Guiné-Bissau; a principal tem a ver com as causas do surgimento do Estado no país após a independência” (BWOCK, 2015, p. 51).

Nesse contexto, vale lembrar a Conferência de Berlim, ocorrida em 1886, em que os territórios africanos foram divididos e a partir dessa data o território da Guiné-Bissau passou a ser ocupado e controlado pelos portugueses. Ocorriam também, trocas de território entre as metrópoles europeias, caso de Portugal e França, que acabou ficando com Casamansa, então

---

<sup>6</sup> “O desenvolvimento tem suas raízes na ciência econômica. Neste sentido, os trabalhos de Karl Marx (1867), Adam Smith (1776) apresentam-nos o desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista” (SANTOS, et al 2012, p.47).

<sup>7</sup> O conceito de desenvolvimento foi adotado pelas ciências sociais em meados do século XX, antecedido pela ideia de progresso, ainda no século XVII, que depois passou a ser tido como um estado positivo e desejável.

pertencente à Guiné-Bissau, enquanto Cacine, que pertencia ao Senegal<sup>8</sup>, passou às mãos de Portugal.

Bwock (2015, p. 15) acrescenta que a questão da divisão da fronteira colonial “acabou trazendo, mais tarde, várias consequências ao continente, e uma delas é o problema de disputas para alguns territórios, que acabam causando guerras civis em alguns países, como o caso da Guiné-Bissau, e a guerra civil de 1998”.

Ao longo deste estudo, constatou-se que alguns países da África lusófona enfrentaram o desafio da reconstrução nacional após a “guerra civil”, Moçambique, em 1992, Guiné-Bissau, em 1998, e Angola, em 2002.

No caso da Guiné-Bissau, observa-se que além das dificuldades de gestão política e institucional, o desafio foi marcado também pela permanente ingerência de conflito político, cujas consequências afetam a população e o desenvolvimento do país.

Dessa forma, o presente trabalho está estruturado em três seções: “As consequências da guerra civil de 1998/99 para o processo de crescimento e desenvolvimento da Guiné-Bissau”: “no âmbito econômico e no âmbito social”.

Este artigo tem como recorte temporal inicial e marco final, respectivamente, os anos 2000 e 2019, visto que o ano 2000 marcou o fim da transição política ocasionada pelo conflito político-militar de 1998-99, assinalando o fim do mandato do presidente João Bernardo Nino Vieira (Nino), que estava no poder há 19 anos, após ser reconduzido à presidência nas primeiras eleições democráticas de 1994, e a nova fase da política guineense, com a realização das eleições de 28 de novembro de 1999, das quais participaram 13 partidos políticos. O PAIGC, partido que assumiu a governação do país desde a tomada da independência, saiu derrotado pelo Partido da Renovação Social (PRS) no segundo turno com o seu líder Kumba Yalá<sup>9</sup>, empossado a 3 de janeiro 2000.

Como marco temporal final deste trabalho, escolhemos o ano de 2019, que marcou a história da Guiné-Bissau e do primeiro presidente da República do país a conseguir concluir o seu mandato, José Mário Vaz, eleito nas eleições de 2014, após o país ter enfrentado novo golpe de Estado em 2012.

---

<sup>8</sup> As duas regiões, Casamansa e Cacine, situam-se na fronteira entre o Senegal e a Guiné-Bissau. Depois de muitos anos, essa troca acabou trazendo o conflito local e instabilidade. Essa instabilidade na região de Casamansa é uma das causas da guerra civil de 1998.

Ainda vale destacar que na região de casamansa atua um movimento independentista, denominado Rebeldes de Casamança.

<sup>9</sup> O quadro eleitoral foi o seguinte: Kumba Yala teve 38,8% no 1º turno e 72% no 2º turno dos votos válidos; Malam Bacai Sanhá obteve 23,4% no 1º turno e, no 2o turno, obteve 28,0% de votos válidos.

Para elaboração deste trabalho utilizamos como métodos a pesquisa qualitativa, com técnicas de pesquisa bibliográfica<sup>10</sup> e análise documental acerca dos processos históricos socioeconômicos e das políticas públicas do país, entre os anos 2000-2019. Sabe-se que o fator distância condiciona o pesquisador a procurar recursos adequados para dialogar com o objeto de estudo, e nesse contexto a pesquisa bibliográfica apresenta enorme vantagem que [...] reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (GIL, 1991, p.50).

Outrossim, a pesquisa documental para a confecção desta pesquisa desempenhou uma ferramenta essencial, a exemplo de jornais, revistas eletrônicas, sites, fontes riquíssimas que, segundo Gil (19991, p.51) são “[...] os documentos “de primeira mão”, que não receberam nenhum tratamento analítico. Nesta categoria estão os documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privados (...)”.

## **2 A SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E HISTÓRICA**

A Guiné-Bissau, oficialmente República da Guiné-Bissau, situa-se na Costa Ocidental da África, com uma extensão territorial de 36.125 Km<sup>2</sup>. Faz fronteira com o Senegal, a Norte, com a República da Guiné Conacri, a Sul, e a oeste com o Oceano Atlântico. Sua capital é a cidade de Bissau e sua moeda é o Franco CFA BCEAO (XOF). Apesar de a língua oficial ser o português, a grande maioria da população fala o “kriol” guineense. Conforme os últimos dados demográficos atualizados em 2018, produzidos pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) da Guiné-Bissau, o país tem uma população de 1.584.791 habitantes<sup>11</sup>.

O território da Guiné-Bissau integra uma área continental e insular, com cerca de 80 ilhas e ilhéus, que constituem o Arquipélago dos Bijagós, a ilha de Bolama, ilha de Pecixe e diversas ilhotas que entrecortam a costa, muitas delas desabitadas (BENZINHO; ROSA, 2015).

Administrativamente, o país está dividido em oito regiões: Bafatá, Biombo, Bolama, Cacheu, Gabu, Oio, Quinara e Tombali; e possui um setor autônomo que é o Sector

---

<sup>10</sup> “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda a bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, artigos científicos impressos ou eletrônicos, material cartográfico”. segundo Lakatos e Marconi (2017, p. 200).

<sup>11</sup> Instituto Nacional de Estatísticas da Guiné-Bissau (INE), dados demográficos 2018. Disponível em: <<http://www.stat-guinebissau.com/>>. Acesso em: 08 de ago. de 2019

Autônomo de Bissau (SAB), a capital do país. O clima é quente e úmido, característico das regiões tropicais, em que apenas se assinalam duas estações do ano: a estação seca e a chuvosa. A seca começa em dezembro e estende-se até abril, e a chuvosa vai de meados de maio até novembro (BENZINHO; ROSA, 2015).

**Figura 1** - Mapa da Guiné-Bissau



Fonte: <<http://ww.didinho.org/Arquivo/guinebissau.htm>>. Acesso em: 14 de nov de 2021.

De acordo com Silva e Santos (2014), o território que hoje é conhecido por Guiné-Bissau integrava um dos grandes reinos sudaneses, designadamente o Império do Gana, sucedido por outro estado sudanês, o Império do Mali. Por volta do século XII, depois que o imperador do Mali, Sundiata Keita, converteu-se ao Islam, os mandingas do Império do Mali expandiram-se então para o Oeste e teriam chegado ao território da Guiné. Então, toda a região passou a ser um reino tributário ao Império de Kaabu ou Gabu, antes da chegada dos europeus.

Ainda segundo Silva e Santos (2014), a chegada dos portugueses à atual Guiné-Bissau foi datada de 1446, por intermédio dos navegadores Nuno Tristão, que descobriu o rio grande, mais tarde denominado rio Geba, e Álvaro Fernandes que, pela mesma altura teria chegado à praia de Varela. A colonização só teve início, efetivamente, em 1588, isto significa que a presença portuguesa no território iniciou-se em 1588 com a fundação da vila de

Cacheu<sup>12</sup>, edificada pelo cabo-verdiano Manuel Lopes Cardoso. Por isso, Cacheu foi considerada a primeira capital portuguesa em terras da Guiné e a primeira capital administrativa (SILVA; SANTOS, 2014).

Vale salientar que o que hoje é a Guiné-Bissau tinha uma parte do seu território envolvida no Tratado Luso-Francesa, que decorreu no ano de 1886, dois anos após a Conferência de Berlim, tratado esse no qual os portugueses cederam a parte norte (região do Casamansa) para os franceses e receberam destes, em recompensa, a parte sul, tendo como base a carta da Conferência de Berlim que definiu e instituiu a delimitação e a ocupação do continente africano em 1885 (SILVA; SANTOS, 2014).

Desde então, o país foi colônia portuguesa até 1974, ano em que conquistou a sua independência depois de uma longa luta armada contra o colonialismo português que durou 11 anos conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). O movimento político que libertou a sociedade guineense da exploração de séculos dos portugueses foi fundado por Amílcar Lopes Cabral, Luís Cabral, Aristides Pereira e Júlio de Almeida em 19 de setembro de 1956, com o propósito central de lutar pela independência da Guiné e do arquipélago de Cabo Verde.

A guerra de libertação teve início no dia 23 de janeiro de 1963, depois do acontecimento conhecido por “massacre do pindjiguiti”, em 3 de agosto de 1959. Segundo Benzinho e Rose (2015), os trabalhadores do porto de Bissau, (Porto de Pindjiguiti), marinheiros e estivadores entraram em greve, reivindicando um aumento de salários, mas a manifestação foi reprimida pelas forças portuguesas da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado), que mataram cerca de 50 pessoas, ferindo ainda outros 100 manifestantes. Assim, essa data tornou-se num dos marcos da luta de libertação na Guiné-Bissau, que culminou com a justa proclamação da nossa independência (BENZINHO; ROSE, 2015 p. 12).

Contudo, ao longo do processo de luta armada, a Guiné-Bissau e Cabo Verde tinham um projeto político único, ou seja, tinham a mesma liderança, partilhamento que chegou ao fim depois da independência em consequência do golpe de Estado de 14 de novembro de 1980 (M´BUNDE, 2015).

É oportuno lembrar que o PAIGC, sendo o partido que conduziu a luta pela libertação do país, passou a governar a Guiné-Bissau através do sistema político unipartidário, por um período de tempo que perdurou até a data da realização das primeiras eleições multipartidárias no país, marcando o fim do sistema político do regime único, e de igual modo

---

<sup>12</sup> É onde foi criada a capitania em 1664; em 1656 foi fundada a Companhia de Cacheu e Rios, destinada ao tráfico de escravos (SILVA; SANTOS, 2014).

dando abertura de criação e surgimento a várias formações político-partidárias (M'BUNDE, 2015).

No tocante à cultura, a Guiné-Bissau possui uma herança cultural bastante rica e diversificada. O tecido sociocultural se constitui pelo seu mosaico étnico, cujas diferenças entre si produziram grande diversidade a nível linguístico, na dança, na expressão artística, na profissão, na tradição musical e nas manifestações culturais, como dias festivos, celebrações de colheitas, dos casamentos, dos funerais e cerimônias de iniciação.

Apesar da sua pequena dimensão territorial, de acordo com Benzinho e Rosa (2015), existem na Guiné-Bissau entre 27 e 40 grupos étnicos. As etnias com maior expressão no país, segundo o censo de 2009, são: a Fula (28,5% da população), seguida da etnia Balanta (22,5%), Mandinga (14,7%), Pepel com (9,1%) e a Manjaco (8,3%). Há, ainda, as etnias com expressão mais reduzida, caso da Beafadas (3,5% da população), Mancanha (3,1%), Bijagós (2,15%), Felupe (1,7%), Mansoanca (1,4%) e Balanta Mane (1%). As etnias Nalu, Saracole e Sosso representam menos de 1% da população da Guiné-Bissau. Sua distribuição geográfica tem a ver com a questão histórica e a relação com as atividades tradicionalmente praticadas por cada uma delas.

### **3 CONSEQUÊNCIAS DO CONFLITO POLÍTICO-MILITAR DE 1998/99 NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DA GUINÉ-BISSAU**

A Guiné-Bissau conheceu, após a independência, seu maior conflito político-militar, “a guerra civil de 1998/99”, conhecido como a “guerra de 7 de junho”, que durou onze meses, “criando uma crise financeira, falta de recursos materiais e destruição de infraestruturas, insegurança institucional e desilusão política e humana” (RUDEBECK, 2001, p. 24).

No mês de junho de 1998, o país de novo mergulhou numa crise política, agora no meio militar, que culminou no conflito político-militar no mesmo ano. Tudo isso, se deve à instabilidade política e à fragilidade das instituições do Estado, que é o maior problema da Guiné-Bissau desde a sua independência.

O principal problema catalisador para a eclosão do conflito político-militar que destruiu completamente o aparelho produtivo do país, do qual até hoje o país não foi capaz de superar as consequências políticas, econômicas e sociais geradas pelo conflito de 7 de junho de 1998, foi o tal caso de tráfico de armas para os rebeldes da região de Casamansa, que o Estado senegalês combate há muito tempo.

Aqui é importante destacar que um ano antes da guerra civil, a Guiné-Bissau aderiu à UEMOA<sup>13</sup>, com adesão ao Franco da Comunidade Financeira da África (CFA) como moeda corrente dos membros da aliança monetária dos países africanos ocidentais. Tendo em conta essa aliança, a relação entre os dois países ficava cada vez mais tensa, em decorrência, com o passar do tempo, das constantes denúncias pelas autoridades senegalesas e francesas de que o Estado da Guiné-Bissau fornecia armas para rebeldes da região de Casamansa, tendo como consequência frequentes conflitos entre os rebeldes de Casamansa e forças do Senegal. Essa situação provocou o enfraquecimento das relações entre os dois países, uma vez que o Senegal se sentia traído pelo Estado da Guiné-Bissau com o fornecimento de armas aos seus inimigos (BWOOCK, 2015).

A questão de Casamansa perpetuava a crise no seio do PAIGC acerca do envolvimento de alguns oficiais militares e políticos no tráfico de armas para o Movimento das Forças Democráticas de Casamansa (MFDC).

De acordo com Rudebeck (2001), fortes indícios apontam para o envolvimento do próprio presidente da República, João Bernardo Nino Vieira, do PAIGC, no tráfico ilegal de armas. O presidente, no intuito de desviar as atenções e de amenizar a preocupação pública e a pressão da França e do Senegal, por conta desses fortes indícios apontando seu envolvimento, decidiu demitir o seu parceiro das lutas pela independência, o então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, general Ansumane Mané, com o qual mantinha uma boa relação de amizade, alegando que Mané era o responsável pelo tráfico de armas em Casamansa (BWOOCK, 2015).

O general Ansumane Mané negou energicamente todo e qualquer envolvimento no tráfico e considerou inaceitável a forma arbitrária da sua demissão. Recusando-se a colocar o cargo à disposição, constituiu uma Junta Militar para enfrentar o presidente, que pediu o auxílio de tropas do Senegal e da Guiné-Conakry<sup>14</sup>, pois a maioria absoluta dos militares guineenses ficou ao lado do Chefe do Estado-maior general Ansumane Mané.

Rapidamente, Mané, com o apoio de alguns militares, tomou o quartel de Santa Luzia, ocupando, logo depois, o quartel de armazenamento de gêneros alimentícios. Com isso, houve uma reação por parte do governo e, assim, começou a “guerra civil” que duraria 11 meses no país, deflagrada em 7 de junho de 1998 com término em maio de 1999 com a vitória

---

<sup>13</sup> A Guiné-Bissau foi o oitavo país a aderir a esta União Econômica Monetária do Oeste Africana, em 1997, abandonando a sua moeda, pesos da Guiné-Bissau.

<sup>14</sup> A intervenção militar senegalesa na Guiné-Bissau teria sido por conta de um acordo secreto no âmbito da defesa e segurança, assinado entre os dois países em Dakar, capital do Senegal, a 12 de novembro de 1975, que foi renegociado no dia 27 de julho de 1990, em Bissau (AMPAGATUBÓ, 2008).

da Junta Militar (Mané) sobre o governo<sup>15</sup>. Derrotado, Nino Vieira partiu para o exílio em Portugal (BWOCK, 2015).

O fim, propriamente dito, do conflito político-militar na Guiné-Bissau teve um impacto imediato e repercussões dramáticas em toda a esfera social do território nacional. Observa-se que depois desse conflito político-militar o país enfrentou “uma situação, econômica, política e social difícil que afetou negativamente as condições de vida das populações. O produto interno bruto real (PIB) só progrediu de 1 % entre 2000 e 2004” (MENDES, 2008, p. 42).

Apesar disso, o país vem tentando recompor-se. No ano 2000, realmente o processo democrático foi relançado, depois da realização das eleições gerais, presidenciais e legislativas, em novembro de 1999 e janeiro de 2000, para restituir as normas constitucionais. Essas eleições:

foram ganhas pelo Partido de Renovação Social de Kumba Ialá e marcaram o fim da transição iniciada em 1999 e o fim do regime do PAICG. O novo executivo definiu como tarefas prioritárias a normalização e o funcionamento das instituições nacionais, a reconciliação nacional, o desenvolvimento de uma cultura de paz, a reconstrução do país e a luta contra a pobreza (FURTADO, 2005, p. 228).

As expectativas dos guineenses eram de uma mudança de fato, quer a nível social, político e econômico. A população esperava que a estabilidade política fosse garantida depois das eleições de 1999, no entanto (infelizmente), a debilidade administrativa e a instabilidade política continuaram.

Conforme Augel (2007), o novo presidente da República, Kumba Yalá:

[...] não correspondeu às expectativas do povo guineense nem da comunidade internacional representada pelos doadores financeiros da qual o país depende, o temperamento problemático e instável clara preferência dada aos membros de sua etnia balanta e os conflitos internos no seio da comunidade política e militar não deixavam lugar para uma boa governança (AUGEL, 2007, p. 71).

De acordo com a observação da autora no trecho acima citado, são esses fatores que originaram a destituição do regime de Kumba Yalá (2000-2003), entre outros problemas que o país estava enfrentando durante o seu mandato. Tudo isso acabou motivando o golpe de Estado em 2003, fato que fez com que Kumba Yalá não conseguisse chegar até o fim do seu mandato, que foi rotulado por questão etnocêntrica. Em razão de vários ministros do governo

---

<sup>15</sup> Vale apontar que a participação internacional foi essencial para o fim do conflito e para o consenso de um acordo de paz, como é o caso do acordo de Abuja.

pertencerem à sua etnia (Balanta), alguns falam em “balantização do poder” (AMPAGATUBÓ, 2008, p. 236)

Contudo, no regime de Yalá o governo conseguiu, em cooperação com a China, empreender algumas construções de importantes infraestruturas no país. Entretanto, não conseguiu resolver problemas, especialmente econômicos e sociais, herdados do antigo regime (MBUNDÉ, 2015).

Em suma, a vida pública na Guiné-Bissau no ano 2000 foi marcada essencialmente pela “persistência da instabilidade política, fragilidade do Estado e não observância dos preceitos do Estado de Direito democrático, particularmente no que se refere a submissão do poder militar ao poder civil” (DENARP II, 2011, p. 12).

E o referido conflito político-militar só veio a piorar os grandes problemas sociais da Guiné-Bissau: falta de saneamento básico, fome, o desemprego, acesso à educação, saúde pública e aumento das doenças transmissíveis. “A sociedade vai à deriva e à procura de ancoradouros, sendo estes mais perceptíveis nos bairros das cidades, tais como o alcoolismo e a prostituição. A delinquência, nomeadamente o assalto de residências a mão armada assumiu proporções assustadoras” (CARDOSO, 1995, p. 265).

Contudo, o Estado da Guiné-Bissau precisa se engajar em elaborar e criar políticas sociais, igual ao DENARP<sup>16</sup>, capazes de trazer as significativas mudanças sociais e econômicas que requerem o desenvolvimento humano e social. Ainda exige ao Estado a responsabilidade de garantir a paz e estabilidade para o Bem-Estar social da população. Expandir bens e serviços essenciais, como a saúde, educação, alimentação, previdência, habitação e saneamento básico, e criar condições mínimas para que as pessoas possam exercer as suas atividades produtivas e prestação de serviço com qualidade, nas áreas urbanas e nas áreas rurais, principalmente.

#### **4 OS IMPACTOS NO ÂMBITO SOCIAL**

O conflito político-militar de 1998 foi responsável para que se instalasse um quadro político e social difícil na Guiné-Bissau. E deixou profundas marcas nas estruturas políticas, sociais e econômicas do país.

---

<sup>16</sup> Que promove um desenvolvimento Institucional apostando na Boa Governação, Garantir a estabilidade macroeconômica para crescimento sustentável a fim de combater a pobreza e acelerar o crescimento econômico, que foi enfraquecida pela crise militar e a instabilidade política.

Após o conflito de 7 de junho de 1998/99, observou-se que a evolução sociopolítica não foi favorável para a reconstrução do país e para o relance econômico devido a vários problemas políticos e constantes golpes de Estado, o que obrigou o país a depender muito da conjuntura internacional, em vez de criar os próprios projetos de desenvolvimento social.

Apostando nas práticas governativas que promovem e encorajam os pequenos produtores, os camponeses, e outros agentes que produzem bens e serviços, continuaram a desenvolver as suas atividades em prol do bem-estar social, das suas comunidades e até mesmo da sociedade em geral. Só assim, através dessas estratégias incentivadoras, é que realmente vão poder valorizar e consumir os próprios produtos nacionais, e conseqüentemente ajudarão o crescimento econômico do país.

Assim, pode-se considerar que durante esse período difícil com que o país se defronta, o Estado guineense se mostra incapaz de enfrentar os novos desafios para realização dos Objetivos do Milênio para o desenvolvimento (OMD)<sup>17</sup>.

Nesse processo é importante destacar o papel das mulheres. Elas têm dado uma contribuição importante para o processo de desenvolvimento do país, através das atividades de produção agrícola, pecuária e da pesca, no setor informal, especialmente no comércio, no meio rural e urbano, e no trabalho doméstico.

Portanto, o Estado deveria se preocupar em se engajar seriamente na propagação das políticas sociais, como a Política Nacional de Igualdade e Equidade do Gênero (PNIEG), que tem grande potencial no processo de desenvolvimento socioeconômico do país e na melhoria das condições sociais da população guineense.

Da mesma forma, garantir os direitos humanos através de melhoria de oportunidades na criação de riquezas e de emprego para as classes mais vulneráveis. Nos setores sociais, essencialmente na saúde e educação, precisam ser lançados programas de desenvolvimento e do bem-estar da população.

Contudo, a realidade é que a Guiné-Bissau não conseguiu formular e implementar as políticas sociais<sup>18</sup> eficientes para o país por conta da profunda fragilidade das instituições do Estado guineense. A sucessiva transição política, ocasionada por golpes de Estado, tem provocado várias mudanças a nível do Ministérios, fazendo com que o país não seja capaz de

---

<sup>17</sup> Os principais objetivos de OMD: (1) erradicar a pobreza e a fome; (2) atingir o ensino básico universal; (3) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; (4) reduzir a mortalidade infantil; (5) melhorar a saúde materna; (6) combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; (7) garantir a sustentabilidade ambiental; e (8) estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento (DENARP I e DENARP II).

<sup>18</sup> Servem como a forma de minimizar e de resolver alguns problemas sociais que afetam a sociedade. Portanto, o seu direcionamento requer responsabilidade pelos governantes e pela sociedade civil.

superar as consequências econômicas e sociais geradas pelo conflito político-militar de 1998/99.

Assim, a desorganização do aparelho de Estado tornou-se num dos maiores obstáculos para a implementação de várias políticas públicas com vista ao desenvolvimento socioeconômico. Cita-se, por exemplo, o caso das políticas previstas no Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP I e II) elaborado pelo governo central para os períodos de 2005 a 2008 e de 2011 a 2015, que não tiveram sucesso, ou seja, as propostas e metas não foram atingidas.

O DENARP I e II assentava em quatro eixos principais: “criação de condições para um crescimento rápido e acelerado; aumento do acesso aos bens sociais fundamentais; implementação de programas direcionados para o alívio da pobreza e a melhoria da governação” (IPAD, 2008, p. 17).

No que se refere à questão administrativa da Guiné-Bissau no período pós-guerra civil, segundo Furtado (2005), a partir de 20 de fevereiro de 1999 o país contava com um Governo de Unidade Nacional. E os desafios para este novo governo eram maiores, tanto do ponto de vista político como do ponto de vista “econômico-financeiro” e social.

Contudo, havia grandes expectativas com relação a uma melhoria na situação socioeconômica. Mas esse governo não conseguiu trazer as significativas mudanças sociais e econômicas para o país. “Três governos sucessivos foram nomeados pelo presidente sem que nenhum deles tenha-se revelado eficiente e convincente na execução dos programas propostos para a recuperação do país” (MENDES, 2008, p. 27).

Conforme Vaz (2019, p.277) apontou, é dever do Estado garantir o mínimo através das políticas de seguridade social aos seus cidadãos, “proteção contra velhice, desemprego, invalidez e outros problemas sociais que surgiram em consequência do pós-guerra. Por isso os gastos (investimentos) em políticas públicas proveniente de um estado democrático de direito, somada a estabilidade política tendem a potencializar a seguridade social e concomitantemente impactar positivamente na qualidade de vida da população, seja para os assalariados ou não. Porém o cenário observado na guine Bissau tem sido adversa, as incertezas e esfacelamentos dos serviços públicos e privados são irrefutáveis.

As infraestruturas sociais foram destruídas, habitações, a população vive em condições de extrema pobreza, fome, falta de saneamento básico, não há acesso a uma educação e à saúde de qualidade. E a estrutura social se enfraqueceu completamente.

Outro fato grave que o conflito político-militar de 1998 causou são os milhares de mortos, as dezenas de milhares de refugiados e a grande onda migratória<sup>19</sup> (fluxo migratório) intra-regional e internacional em busca por uma condição de vida melhor. Isso se intensificou ainda mais em consequência do pós-guerra por fatores como disparidades nos níveis de rendimento, desemprego, e a desprimorosa situação socioeconômica do país e bem-estar social.

Por esse motivo, depois do conflito político-militar de 1998, o Estado da Guiné-Bissau enfrentou sérias dificuldades. Além da carência de recursos financeiro e humano, a constante instabilidade política no país dificulta a aplicação de programas relativos ao processo de desenvolvimento socioeconômico e melhorias das condições de vida dos cidadãos.

Nesta perspectiva, pode-se dizer que a miséria no meio da população guineense cresceu significativamente “devido a falta de investimento na agricultura e na educação, assim como as dificuldades para a aquisição de remédios, o abandono quase total do sector de educação pública, que se traduz nas graves e a péssimas qualidade do ensino” (MANÉ, 2014, p. 44).

Esses indicadores sociais acima citados revelam forte incidência da pobreza na Guiné-Bissau, presente entre os guineenses dos meios rurais e urbanos, principalmente nas camadas da população consideradas mais vulneráveis: mulheres, idosos e crianças, agravada pelas consequências do conflito. Por outro lado, a falta de desenvolvimento econômico tem provocado a alta taxa de desemprego entre os jovens, sem falar também da precariedade alimentar que atinge boa parte da população (IPAD, 2008).

## **5 OS IMPACTOS NO ÂMBITO ECONÔMICO**

O conflito político-militar de 7 de junho de 1998/99 teve impactos negativos sobre a economia da Guiné-Bissau, que já dava sinais encorajadores e positivos de crescimento, interrompido pelo conflito.

De acordo com Furtado (2005), os indicadores macroeconômicos davam sinais visíveis de recuperação no período que antecedeu o conflito, como se vê: a) em 1997 a taxa

---

<sup>19</sup> Entre estes grupos incluem-se os técnicos e quadros qualificados e empresários afetados pela crise econômica. Outros enxergaram nos países europeus a possibilidade de oferta de emprego, de melhor qualidade de vida e de fuga da crise econômica.

de crescimento do PIB situava-se em 5,4% e no primeiro trimestre de 1998 as tendências registradas apontavam para um crescimento da ordem dos 5,1%; b) Em fins de 1997 a taxa de inflação era de 16,8%, calculada na base de Índice de Preços ao Consumidor (IPC), ante a do ano anterior, de 65,6%, as tendências eram confirmadas para abaixamento no primeiro semestre de 1998:

c) As finanças públicas apresentavam melhorias substanciais graças aos esforços consentidos na cobertura das receitas e na racionalização das despesas públicas, progressos que permitiriam obter melhores resultados na aplicação das normas de convergência orçamental estabelecidas pelo UMOA/UEMOA248, no quadro da supervisão multilateral; d) Estes progressos já tinham viabilizado o exame preliminar da elegibilidade da Guiné-Bissau à iniciativa HIPC249 (Iniciativa para os Países Pobres mais Endividados) (FURTADO, 2005, p. 484).

Conforme a citação acima, nota-se que o país estava tendo um crescimento econômico considerável ao longo de anos, “tendo registrado no ano de 1997 uma expansão de 5%, com melhorias em todos os indicadores de desempenho, reduzindo, assim, os desequilíbrios nas finanças públicas” (DJAU, 2019, p. 394).

Nos anos de 1990 a 1997 a taxa média de inflação no país era de 46% ao ano. De acordo com Djau (2019), “após a sua adesão – nomeadamente entre os anos de 1998 e 2007 –, o indicador recuou para 2,5%” (p. 395).

Vale destacar aqui, que um dos motivos da integração do país à UEMOA foi o grande problema da elevada inflação no período de 1990 a 1997, pelas seguintes razões: a busca de “preços”, da estabilidade macroeconômica e aprofundar a cooperação monetária em nível regional.

Com efeito, o setor econômico tende a estabelecer e atrair o investimento estrangeiro e um crescimento econômico na média que varia de 4% a 10% ao ano. Ainda vale destacar que durante o período 1994-97 o PIB cresceu a um ritmo anual de 4%:

a inflação diminui graças à retração do sector público e à estabilização da moeda nacional com a entrada do país, em Maio de 1997 na União Económica e Monetária Oeste (UEMOA) e adopção do FCFA, uma das mais estáveis moedas africanas convertível em franco francês (FURTADO, 2005, p. 242).

Enquanto o setor social continua problemático, sobretudo a extrema pobreza agrava na sociedade “deixando os camponeses mais vulneráveis às doenças. As assimetrias do desenvolvimento são visíveis a olho nu: epidemias, como a cólera, instalaram-se, e a dívida externa gritante reduz as possibilidades de o Estado” canalizar mais recursos para as áreas de educação, saúde e desenvolvimento rural (JAURA, 2004, p. 19)., apesar de haver várias

tentativas para delinear os esforços e as estratégias em nível interno e externo para retomada do processo de desenvolvimento econômico do país junto aos parceiros internacionais, interrompido pelo conflito político-militar de 1998 que fez o país recuar e perder todos os ganhos conseguidos.

No período a Guiné-Bissau sofreu um forte decréscimo, de 28% do PIB, o qual, provavelmente, foi resultante desse levante militar que durou 11 meses. Já no período pós-guerra é notável, a partir de 2003, uma lenta recuperação da economia nacional, apesar de não ser sustentável. Com taxa de crescimento econômico que pouco excedeu, em média, 3% entre 2000 e 2010 (IPAD, 2008).

Segundo o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD), o crescimento econômico na Guiné-Bissau desceu de 3,5% em 2005 para 1,8% em 2006. Considerando que no contexto africano a média de crescimento se situa nos 5.7%, conclui-se que a Guiné-Bissau é um dos países da África de menor crescimento. Tal fato se traduz em fraco desempenho econômico, causado por fatores internos, “instabilidade política, redução do preço das castanhas de caju e atraso dos pagamentos à função pública” (IPAD, 2008, p. 16).

Ainda, observa-se que a falta do progresso econômico vem agravando a condição precária na vida das populações e dos setores sociais econômicos, como a agricultura, responsável pela maior fonte de receitas do país com as atividades de exportação da castanha de caju e da pesca. Já o setor industrial é muito limitado. Considerando que a atividade industrial é praticamente inexistente, devido a escassez de fábricas, ou seja, das indústrias de transformação de matéria-prima (produtos agrícolas) em produtos consumíveis (BENZINHO; ROSA, 2015).

O impacto econômico do conflito político-militar de 7 de junho de 1998 foi desastroso para a Guiné-Bissau e para a economia nacional. Nota-se que no período pós-guerra a crise econômica “tem naturalmente repercussões nas condições de vida das populações. Os salários dos funcionários públicos dificilmente são pagos e a pobreza é patente”, o país entrou numa situação de depressão econômica e social (MENDES, 2008, p. 43).

Em virtude dos fatos mencionados, na perspectiva de Mané (2014):

O fator económico, em qualquer parte do mundo, tem um valor estratégico e transversal ao desenvolvimento, progresso social e bem-estar da população; é por isso que todos os países têm-lhe dado uma especial atenção e adotam linhas políticas e ações estratégicas capazes de conduzir o país para o desenvolvimento sustentável (MANÉ, 2014, p. 91).

A citação de Mané (2014) revela a importância do setor econômico para o processo de desenvolvimento de um país. Contudo, o desenvolvimento não procede apenas do crescimento econômico e do acúmulo de riquezas, como defendem os economistas conservadores<sup>20</sup>.

Neste sentido, “e como consequência desta fragilidade econômica, a RGB vive de uma forte dependência da ajuda externa, que representa mais de metade do PIB, tornando a RGB no segundo país da África subsaariana mais dependente” (MANÉ, 2014, p. 84).

Diante do exposto, além da carência de recursos financeiros e humanos, a constante instabilidade política no país impede a operacionalização e funcionalização dos projetos com vista ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e dos setores fundamentais para o crescimento das riquezas e para o bem-estar social da população, caso da agricultura, que é um setor importante, lembrando que na Guiné-Bissau “as plantações de mancarra (amendoim), arroz e milho desempenham um papel muito importante na agricultura de subsistência das famílias” (BENZINHO; ROSA, 2015, p.20).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Guiné-Bissau não ficou de fora dos problemas causados pelas consequências da colonização, principalmente nas zonas fronteiriças dos países africanos colonizados, que acabaram por motivar várias guerras civis durante os anos 90, gerando crises nesses países e nas suas populações.

Na Guiné-Bissau, além das consequências da colonização, conflitos internos nos partidos e a intervenção estrangeira na política interna são também as principais causas do conflito político-militar no país. Destaca-se a questão do tráfico de armas para os “rebeldes” da região de Casamansa, situada na fronteira da República da Guiné-Bissau com o Senegal, considerada como causa imediata para a eclosão do conflito político-militar de 1998, que durou 11 meses e provocou grandes danos ao país.

---

<sup>20</sup> Adam Smith (1776), na sua obra “A Riqueza das Nações”, consideraria que o desenvolvimento de um determinado país só seria possível quando os agentes econômicos fossem satisfatórios para interesses dos indivíduos.

SMITH, Adam (1776). **A Riqueza das Nações**: Investigação sobre sua Natureza e suas causas. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Coleção Os Economistas).

Ao analisar as causas do conflito político-militar de 1998, percebemos que na Guiné-Bissau a luta pelo poder e a falta de diálogo entre os políticos e os militares são um dos maiores impasses na sucessiva crise instalada no país.

O exemplo disso é o período pós-guerra, entre os anos 2000 e 2019, em que o país afundou numa crise econômica e social agudizada com constantes ameaças aos princípios democráticos. Esse fato fez com que a atuação da comunidade internacional viesse a se tornar frequente no país, visando mediar os conflitos e ajudar na reposição das ordens constitucionais democráticas.

Acreditamos que o país só vai conseguir sair dessa crise crônica quando superar a ambição da luta pelo poder e houver uma boa relação entre os políticos e os militares e o diálogo entre ambos os setores.

Ainda ao longo do estudo, notou-se que uma das falhas cometidas pelo Estado da Guiné-Bissau no imediato da independência foi a de tentar aplicar o modelo de desenvolvimento dos “países desenvolvidos”. Isso foi um grande problema para o processo de desenvolvimento do país, que ficou estagnado durante muitas décadas. Portanto, pode-se dizer que no contexto da Guiné-Bissau esse modelo deu errado, impedindo o país de progredir.

Dessa forma, as metas previstas nos programas pós-independência até 1998, com base na construção da identidade nacional e de um desenvolvimento sustentável, que procura extinguir a pobreza através do desenvolvimento das agriculturas locais e das políticas de ajustamento estrutural, não foram cumpridas em nenhum setor. Infelizmente, a execução desses projetos acabaram por distanciar-se dos seus propósitos.

Com isso, a situação no país mantém-se precária. Seria necessário que o Estado traçasse as estratégias de desenvolvimento social mais adequadas ao país e pensasse o desenvolvimento a partir do contexto africano, em particular, do contexto guineense.

Por fim, a estabilização macroeconômica e as políticas de ajustamento estrutural acabaram por “desencadear uma onda de tumulto popular que contribuiu inclusive para despoletar ou alimentar muitas guerras civis nos anos 1990” (LOPES, 2011, p.7), inclusive na Guiné-Bissau, causando sérias consequências econômicas, na destruição de infraestruturas, na economia nacional, na baixa da produção econômica em geral e na da exportação em particular e nas condições de vida das populações.

Devido a essa situação, em 1997 a Guiné-Bissau passou a integrar a UEMOA, e em pouco tempo o país já se encontrava em período de crescimento econômico. Considera-se que a adesão do país à UEMOA foi importante, na medida em que permitiu ao governo na altura controlar a inflação e obter a estabilidade na taxa de câmbio (DJAU, 2019).

Todavia, era necessário que o país, naquele período, contasse com um projeto econômico analisado juntamente com a sociedade civil e apresentado à Nação, explicando a real necessidade de ingresso no bloco econômico e, de igual forma, realizar um estudo acerca do impacto econômico e social dessa integração (DJAU, 2019, p. 396).

Infelizmente, isso não aconteceu, e as decisões foram tomadas sem a participação da sociedade civil. Isso nos mostra que o debate público ainda continua a ser um grande problema na Guiné-Bissau.

Por outro lado, a pesquisa também inferiu que o ajustamento estrutural teve forte impacto negativo na estrutura econômica e social da Guiné-Bissau. Essa situação veio a piorar ainda mais com as consequências do conflito político-militar irrompido entre junho de 1998 e maio de 1999, cuja ocorrência paralisou completamente a ação do Estado e afetou profundamente as instituições democráticas do país.

No período pós-conflito político-militar de 1998/99 ficou evidente os esforços feitos por governantes, políticos e pela sociedade civil para a implementação de mecanismos com vistas à busca pela estabilidade política no país, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Nesse período, as intervenções das organizações da sociedade civil foram importantes na busca pela paz, através das ações da Comissão Nacional de Boa Vontade e do Movimento Nacional da Sociedade Civil para a Paz, Democracia e Desenvolvimento, de 1998, que promoveram várias manifestações apelando à democracia e à paz pela população da Guiné-Bissau.

Assim, também o papel das ONGs (Organizações Não-Governamentais), nacionais e internacionais, foi de extrema importância na promoção dos direitos humanos, direitos econômicos e sociais e na criação e desenvolvimento de infraestruturas básicas, ajudando o governo a enfrentar os desafios da realização dos ODM.

Ainda é importante frisar que a contribuição das mulheres guineenses nas atividades econômicas e sociais têm sido fundamentais, não só na educação das crianças, na saúde dos membros da família e em trabalhos domésticos, mas, sim, em todas as áreas de desenvolvimento e progresso do país.

Constatamos, ao longo deste estudo, que na Guiné-Bissau, apesar das várias tentativas do Estado em seguir uma estratégia de desenvolvimento previamente delineada, após a “guerra civil” a situação socioeconômica do país continua a ser um problema que afeta profundamente a população e o acesso a serviços e infraestruturas sociais de base tais como a saúde, a escola e o saneamento básico, não acessíveis a toda a população.

Durante o estudo constatou-se, ainda, que desde o fim do conflito político-militar (1999) até 2019 nenhum governo conseguiu implementar um programa ou projeto de desenvolvimento, justamente pela constante instabilidade e as sucessivas transições políticas que afetam seriamente o percurso da implementação de políticas que impulsionam o desenvolvimento socioeconômico.

Em suma, o Estado, junto com os seus parceiros, precisa delinear os esforços e as estratégias em nível interno e externo para retomar o processo de desenvolvimento econômico e social do país, que foi interrompido pelo conflito político-militar de 1998.

### Referências

AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Orgs.). **No centro da etnia: etnias, tribalismo e Estado na África**. Petrópolis: Vozes, 2017.

AGAMBEN, Giorgio. **Estado de Exceção**. Trad. Iraci D. Poleti, São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento - Um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria / **Caderno de Estudos Africanos - I.S.C.T.E. I** Lisboa, 2003. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/cea/article/view/8659/6214> Acesso 10 de abril de 2022.

AMPAGATUBÓ, José. **Pressupostos e Significado do Golpe de Estado de 1998-1999 na Guiné-Bissau**. Universidade Lusófona de Humanidades e tecnologias – ULHT, 2008.

AUGEL, Moema Parente. **O desafio do escomburo: nação, identidades e pós- colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2007.

BENZINHO, Joana. ROSA, 1 Marta. **A descoberta da Guiné-Bissau**. ONG- Afetos com Letras, 2015.

BWOCK, Mahyona Fernandes. **A crise política na Guiné-Bissau 1998-2012**. 2016. 64 f. Monografia (Bacharelado em Ciência Política). Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14810/1/2016\\_MahyonaFernandesBwock.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14810/1/2016_MahyonaFernandesBwock.pdf). Acesso em 09 de fevereiro de 2022.

CARDOSO, Carlos. A transição democrática na guiné-bissau, um parto difícil. In: **Lusotopia**, No. 2, 1995. Transições liberais na África lusófona. p. 260-282.

DENARP II. **Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza/ DENARP II (2011-2015)** - Bissau, 2011. Disponível em: [https://fecong.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011\\_2015.pdf](https://fecong.org/pdf/crianca/DENARP%20II%202011_2015.pdf). Acesso em 28 de abril de 2022.

DJAU, Mamadu Alfa. **A Guiné-Bissau em face do processo de Integração Econômica e Monetária na África Ocidental**: contemplando a Integração Regional como instrumento de promoção do Desenvolvimento / Mamadu Alfa Djau - Tese (doutorado), Florianópolis, 2019.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e Gestão da Educação na Guiné-Bissau**: Incoerências e Descontinuidades. Dissertação de Doutorado (Universidade de Aveiro-Departamento de Ciências da Educação). Aveiro, 2005.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.

GOMES, Antonieta Rosa. O Conflito de Casamansa e as Relações de Poder na Senegâmbia: Senegal, Guiné-Bissau e Gâmbia, **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 38 | 2019.

INDEX MUNDI. Guiné-Bissau: Indicadores econômicos e sociais. 2018. Disponível em: <https://www.indexmundi.com/pt/guine-bissau/populacao.html> . Acesso em 08 de maio de 2022.

IPAD, Portugal: **Guiné-Bissau [2008-2010]**- Programa Indicativo de Cooperação/ Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 2008. Disponível em: [https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic\\_guine\\_08\\_11.pdf](https://www.instituto-camoes.pt/images/cooperacao/pic_guine_08_11.pdf). Acesso 04 de maio de 2022.

JAUARÁ, Manuel. Dilema da transição política na África lusófona: de uni para pluripartidarismo. **VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais**. Coimbra, 2004.

JAUARÁ, Manuel. **Análise do processo de transição democrática na África lusófona**. Curitiba: CRV, 2017.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?**; entrevista com René Holenstein / Joseph Ki-Zerbo; tradução Carlos Aboim de Brito.- Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

LAKATO, Eva Maria; MARCONI, Maria de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**/ Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 8. ed. -São Paulo: Atlas, 2017.

LOPES, Carlos. Crescimento económico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 94 | 2011, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 03 maio 2019.

MANÉ, Iussufi. **O desafio da segurança na República da Guiné - Bissau. Que vias estratégicas de exequibilidade da reforma do sector da segurança para a saída da crise?**/ Iussufi Mané – Lisboa, 2014. Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/14409/2/Disserta%20a7%20a3o%20Mestrado-O%20Desafio%20de%20Seguran%20a7a%20na%20RGB-QUE%20Vias%20Estrategicas%20da%20exequivilidade%20da%20RS.pdf> Acesso em 09 de abril de 2022.

MENDES, Perfirio. **Influência Internacional no conflito armado de 1998/1999 na Guiné-Bissau**. Monografia, 54f. Fortaleza 2008. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28776/1/2008\\_tcc\\_pmendes.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28776/1/2008_tcc_pmendes.pdf) . Acesso em 14 de Dez de 2021.

M´BUNDE, Timóteo Saba. **A política externas de cooperação para o desenvolvimento de Brasil e China na Guiné-Bissau: uma análise em perspectiva comparada/** Timóteo Saba M´bunde. – 2015.

NOVAIS, Jorge Reis. **Tópicos de Ciência Política e Direito Constitucional Guineense.** Lisboa, 1996.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Anibal Quijano. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RUDEBECK, Lars. **Colapso e Reconstrução Política na Guiné-Bissau 1998-2000.** The Nordic Africa Institute, Uppsala, 2001.

SANHÁ, Nataniel Bunha José. **As Estratégias de Desenvolvimento Socioeconômico da Guiné-Bissau (1973-2015)** / Nataniel Bunha José Sanha - Florianópolis, 2017.

SANTOS, Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira. **A Cooperação Sul-Sul (CSS) para a Reorientação dos Imaginários e práticas do Desenvolvimento: os caminhos da Cooperação entre Guiné Bissau e Brasil /** Maria do Carmo Rebouças da Cruz Ferreira dos Santos. -- Brasília, 2017.

SANTOS, E.L; Braga, V; Santos, R.S; Braga, A.M.S. - Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **D.R. Desenvolvimento Regional em Debate.** Ano, 2, n.1, jul.2012.

SANTOS, Mário Beja; SILVA, Francisco Henriques da. **Da Guiné Portuguesa à Guiné-Bissau: Um Roteiro.** Fronteiras do Caos Editores: Porto., 2014. 1-532 pp.

VAZ, Paulo Gomes. Guiné-Bissau entre Familismo e a (des)mercantilização: Uma estratégia para a Igualdade Substantiva In **Estado, Proteção Social e Segurança Pública** (Org) CHAVES, Sonia C.Lima; ROCHA, Julio Cesar de Sá; ZIMMERMANN. Salvador. Edufba, 2019

VAZ, Paulo Gomes. **As “sacoleiras” a serviço do capital: um estudo sobre as africanas nos circuitos globais de mercadorias.** Tese (doutorado). Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.